

PETRÓLEO

POR DENTRO DO

• PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS • ANO 1 Nº 7 JAN. 1994

Governo aumenta cerco às estatais e agrada oligopólios

Lideranças sindicais, que recentemente se reuniram com o secretário-executivo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Ulisses Riedel, concluíram que no centro da estratégia neoliberal está a ação dos oligopólios privados, os quais, através de elevação artificial dos preços dos seus produtos, geram uma inflação artificial, desorganizam a economia, e assim abrem espaços – com a aprovação da opinião pública, prévia e maciçamente manipulada pela mídia, engajada no projeto neoliberal – para a privatização dos ativos públicos, a preços aviltados. Aliados ao projeto, os ministros da área econômica produzem a recessão (que desmantela o movimento sindical) e submete a moeda nacional ao dólar americano através da criação da Unidade Real de Valor (URV). A venda das principais empresas públicas (Petrobrás, Telebrás, concessionárias de energia elétrica, Vale etc.), seria "justificada" sob a alegação de equilibrar as finanças públicas.

Terão essas hipóteses bases sólidas de sustentação? Há uma série de indícios mostrando que a resposta é positiva. Ei-los:

- Estudo baseado em dados da FGV para o período de janeiro de 1980 a janeiro de 1993 mostrou que nesse período os oligopólios elevaram seus preços em média 51% acima da inflação. Agiram assim os laboratórios farmacêuticos, fabricantes de tintas e vernizes, de produtos de limpeza e bebidas e outros cartéis, na esmagadora maioria, multinacionais;

- Difunde-se com insistência no país a tese de que as nações latino-americanas que privatizaram suas empresas estatais – como Chile, Argentina, Bolívia e Colômbia – estão hoje com inflação baixa;

- O cerco às estatais vem se agravando. Basta mencionar o corte de 52% no orçamento da Petrobrás, a decisão de privatizar a toque de caixa o setor elétrico, a proposta oficial de acabar através da revisão constitucional com os monopólios do petróleo e das telecomunicações e a política patrocinada pelo Ministério da Fazenda de achatar os preços e tarifas públicas;

- O relator da revisão constitucional, deputado Néelson Jobim, foi ad-

vogado da Confederação Nacional da Indústria, de diversas empresas multinacionais e autor do projeto de privatização do IRB;

- As forças conservadoras insistem em fazer a revisão rapidamente, marginalizando os partidos de oposição, tendo como objetivo inicial atacar os monopólios públicos, mudar as regras da pesquisa mineral e conceder maiores facilidades no tratamento às empresas de capital estrangeiro.

Diversos outros indícios poderiam ser relacionados para mostrar que a estratégia de estabilização da economia e o equilíbrio das contas públicas estão subordinados aos interesses internacionais. Dá o que pensar, não dá?

Um ministro neoliberal

O Le Monde Diplomatique, em sua edição de novembro último, analisa a indicação de FHC para o Ministério da Fazenda:

"Com a nomeação para as Finanças do sr. Fernando Henrique Cardoso, intelectual de renome e sociólogo marxista, o mundo dos negócios, surpreendido no primeiro instante, logo se tranqüilizou. Apesar dos seus escritos do passado (especialmente sobre as classes sociais no mundo capitalista da periferia), o novo ministro não cessou de argumentar em favor do neoliberalismo".

"Antigo senador de oposição, o sr. Fernando Henrique Cardoso sabia que, para fazer aprovar as reformas inspiradas pelo FMI, era necessário manipular a sociedade civil e mobilizar apoios no Congresso. Graças à mídia fortemente controlada por poderosos interesses financeiros foi possível expli-

car à opinião pública que a desindexação prevista para os salários "era o único meio de combater a inflação". O ministro anunciou cortes de 50% no orçamento da educação, saúde e serviços sociais. Seu plano relativo aos salários, votado em agosto pelo Congresso, deveria resultar, em termos reais, numa baixa de 31% dos salários, ou seja, numa economia de algo como US\$ 11 bilhões para o Tesouro em benefício dos credores".

"Entretanto, o FMI recomendou também emendas constitucionais que permitiriam a privatização rápida dos setores estratégicos da economia (Petrobrás e Telebrás). Daí a importância dos debates iniciados no Congresso, em meados de outubro, a respeito das modificações da lei fundamental, reclamadas pelo sr. Camdessus desde dezembro de 1991. Como disse o sr. Fernando Henrique Cardoso: precisamos ainda obter o sinal verde do FMI".

Estado mínimo?

■ Certas mentiras quando repetidas um milhão de vezes acabam se transformando em verdades estabelecidas. Essa máxima pode ser comprovada no caso brasileiro pela lavagem cerebral a que vem sendo submetida a opinião pública a respeito da participação do Estado na economia. Esta é considerada excessiva e apontada como a principal causa da crise econômica que vivemos desde o início dos anos 80. Identificado o mal surge de imediato a cura: vender os ativos públicos, privatizar rapidamente as estatais para submeter o Estado a uma dieta rigorosa.

Essa terapia neoliberal não resiste, porém, à confrontação com os fatos.

Quem examinar dados recentemente publicados pela ONU e confirmados pelo FMI constatará que nos países desenvolvidos a participação do Estado na economia é muito superior à alcançada pelo Brasil, que em 1991 correspondia a 21,4% do PIB. Pois bem, na Dinamarca a fatia do bolo apropriada pelo Estado é de 52%, na Suécia de 49,8%, na Holanda de 47,6%, na Bélgica de 46%, na França de 41,2%, na Áustria de 40,6% e na Alemanha de 39,4%. E só para completar, na meca do liberalismo, os Estados Unidos, tal participação atinge 28,1%. Aliás, para mandar o homem à lua aquele país escolheu uma estatal, a NASA.

Os números falam por si. Dispensam comentários.

Canoa furada

■ Copiar idéias implantadas lá fora sem o devido espírito crítico pode levar uma empresa como a Petrobrás ao limbo. É o caso da divisão da empresa em unidades estratégicas de negócios, defendida com unhas e dentes pelo geólogo Milton Franke, um dos ex-superintendentes da empresa e autor do livro *Petróleo tem futuro no Brasil, mas é preciso mudar*, em que propõe a liquidação do monopólio estatal do petróleo.

Pois bem, a IBM mundial embarcou na canoa das unidades estratégicas de negócios e está fazendo água por todos os lados. A autonomia chegou a tal ponto que uma unidade pagava *royalties* à outra e as brigas entre os diversos núcleos se tornaram mais importante que o atendimento ao cliente.

Por isso, de acordo com a revista *Fortune*, seu novo presidente mundial, Lou Gerstner, que assumiu em abril deste ano tendo como herança um prejuízo de US\$ 5 bilhões resultante dessa aventura, resolveu mandar às fayas a solução milagrosa. Ou seja: reconcentrar a empresa, reintegrá-la, para elevar seus níveis de eficiência.

Será que o dr. Milton Franke sabe disso?

Eficiência estatal

■ A Shell, que em parceria com a Texaco lidera o lobby no Congresso Nacional para acabar com o monopólio estatal do petróleo, resolveu seguir os passos da Petrobrás na busca de petróleo em águas profundas. A empresa anglo-holandesa uniu-se à British Petroleum para investir US\$ 1,2 bilhão no Golfo do México e pretende produzir 46 mil barris/dia em 1996. Enquanto isso, a Petrobrás com US\$ 300 milhões de investimentos em Marlin já produz 50 mil barris/dia.

A Shell chegou a desenvolver negociações para fazer um intercâmbio com a Petrobrás envolvendo a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas. As conversações foram suspensas devido aos ataques da Shell à Petrobrás.

A empresa brasileira detém o *know-how* mais avançado do mundo em águas profundas e colocou em produção o poço mais profundo de que até agora se tem notícia com 785 metros de lamina d'água. A Petrobrás já está se preparando para chegar aos 1.000 metros a curto prazo e a 2.000 metros de profundidade a médio prazo.

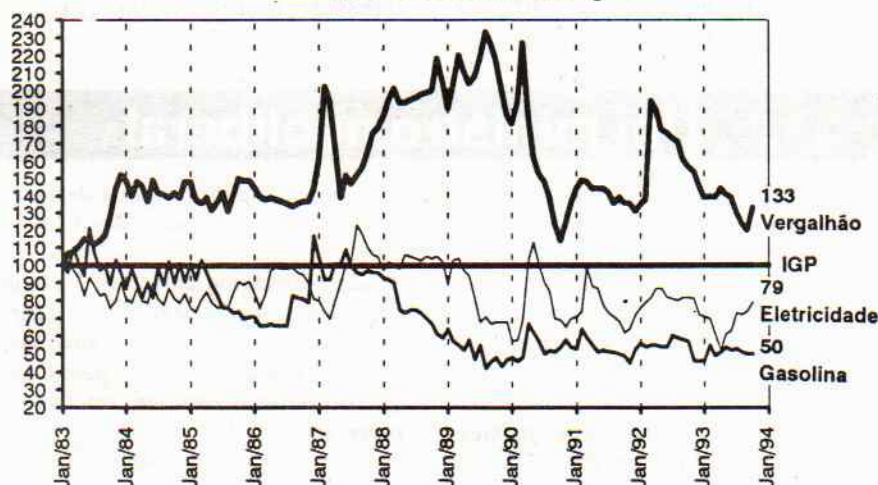
Você sabia?

SOCIEDADE BRASILEIRA, A VÍTIMA

Comparação entre as evoluções dos preços do Vergalhão de Aço, da Gasolina e da Energia Elétrica Industrial

X

Evolução da Inflação medida pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas



O mercado de VERGALHÕES DE AÇO é oligopolizado e controlado pelo "GRUPO GERDAU", que mantém o Brasil como "RESERVA DE MERCADO CATIVA".

No período Janeiro a Outubro 93, o preço do Vergalhão de Aço esteve, na média, mês a mês, sempre 57% acima da Inflação, enquanto o da Gasolina e o da Energia Industrial sempre 28% e 15% abaixo, respectivamente.